Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▸ ano 4 nº 30

fevereiro 19

Um Brasil que funciona

SESI e SENAI prestam serviços de qualidade atestados por empresas e trabalhadores e utilizam recursos com eficiência e transparência

PREVIDÊNCIA ▸ Teste crucial do novo governo **OTIMISMO ▸** Cai medo do desemprego
WORLDSKILLS ▸ Os bastidores da preparação para Kazan

CNI SESI SENAI IEL CNI

QUANDO O CONHECIMENTO SE CONECTA À INDÚSTRIA, O RESULTADO É A TRANSFORMAÇÃO.

Espalhados de Norte a Sul do país, os Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia são o ponto de partida para aumentar a competitividade da indústria brasileira. Conectando infraestrutura de ponta, profissionais capacitados e parcerias internacionais, os Institutos formam uma grande rede de soluções integradas e customizadas para empresas de todos os portes e em qualquer parte do Brasil. Até 2021, serão 26 Institutos de Inovação e 58 Institutos de Tecnologia. Conte com cada um deles para transformar sua empresa.

INSTITUTO SENAI DE INOVAÇÃO

INSTITUTO SENAI DE TECNOLOGIA

INSTITUTOS SENAI DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA.
LIGADOS PELA TRANSFORMAÇÃO.
CONHEÇA MAIS. ACESSE WWW.INSTITUTOS.SENAI.BR

/senainacional /senainacional /senai_nacional /senaibr

CNI SESI SENAI IEL

SENAI

Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

Carta ao leitor

A edição de agosto de 2017 da revista *Indústria Brasileira* descrevia, em sua reportagem de capa, a importância do Sistema Indústria, detalhando as contribuições do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para a inovação fabril no país, a educação profissional e a proteção à saúde de trabalhadores, ações que já influenciaram a vida de milhões de brasileiros em quase oito décadas de serviços prestados.

O número atual da revista volta a contar algumas dessas histórias, mas centra sua atenção sobre a complexa e abrangente rede de supervisão, fiscalização e transparência que dá a toda a sociedade brasileira uma ampla visão da eficiência e da qualidade dos investimentos feitos pelo SESI e pelo SENAI com os recursos recolhidos de contribuições empresariais. São nada menos que nove instituições internas e externas que controlam as contas das entidades e atestam: o Sistema Indústria tem elevado grau de transparência na utilização de recursos.

Alguns registros da lisura no trato das contribuições empresariais são eloquentes. Em relatório divulgado recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) elogia a "excelente organização dos dados, especialmente de execução orçamentária" dos relatórios do SESI e do SENAI, reconhece o "esforço feito pelas entidades no sentido de padronizar e estabelecer critérios mínimos de divulgação de dados" e considera que essas são "boas práticas" que devem ser difundidas.

Especialistas em educação ouvidos pela reportagem são consensuais em suas avaliações sobre a qualidade dos serviços prestados. A economista Cláudia Costin diz que o SENAI é um "centro de qualificação reconhecido no mundo todo". Cláudio Moura e Castro, depois de sua experiência como dirigente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não titubeia em afirmar que não viu "uma escola em países em desenvolvimento que chegasse próximo das escolas do SENAI". E Naercio Menezes, pesquisador do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, avalia que "a gestão e outros fatores estão fazendo a diferença para que as escolas do SESI consigam ter um resultado melhor", quando comparadas a instituições de ensino de outras redes, públicas e privadas.

Além da reportagem de capa, esta edição também traz textos sobre a reforma da Previdência, primeiro e crucial desafio do governo de Jair Bolsonaro no Congresso Nacional, sobre a edição 2018 da pesquisa *Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras*, que mostra os principais entraves ao comércio exterior apontados por empresas brasileiras, e sobre os preparativos da delegação brasileira para a *WorldSkills* de Kazan, na Rússia, quando o país volta a disputar a maior competição de educação profissional do mundo.

A primeira edição de 2019 da revista *Indústria Brasileira* também mostra o novo design gráfico da revista, mais elegante, moderno e inovador. Aproveite!

Boa leitura!

Conheça o Sistema Indústria

CNI
facebook ▸ cnibrasil
flickr ▸ cniweb
instagram ▸ cnibr
twitter.com ▸ cni_br
linkedin ▸ cni-brasil
youtube ▸ cniweb

SESI
facebook ▸ SESINacional
youtube ▸ sesi
linkedin ▸ sesi-nacional

SENAI
facebook ▸ senainacional
instagram ▸ senai_nacional
twitter ▸ senainacional
youtube ▸ senaibr
linkedin ▸ senai-nacional

IEL
facebook ▸ IELbr
instagram ▸ ielbr
twitter ▸ iel_br
linkedin ▸ iel-nacional

sumário

6 Editorial

8 Reportagem de capa

SESI e SENAI são dois raros exemplos brasileiros de instituições eficientes e transparentes no uso de recursos

16 Nove controles
Conheça o amplo sistema de checagem e supervisão interna e externa que faz dos orçamentos do SESI e do SENAI dois dos mais fiscalizados no país

18 Legado social
Programas como o dos barcos Samaúma, na Amazônia, levam formação profissional e oportunidades de uma vida melhor a todos os brasileiros

22 Izalci Lucas
Senador do PSDB-DF diz que governo não deve mexer no que está funcionando e elogia trabalho do Sistema S

24 Manoel Pires
Professor da FGV diz que é preciso fazer a reforma da Previdência e ajustar as contas estaduais antes de desonerar encargos da folha de salários

26 Indústria em ação

CNI lança novo portal informativo sobre relações de trabalho na indústria, o *Conexão Trabalho*

28 Previdência

Vai começar o primeiro grande teste legislativo do novo governo. Conheça os detalhes da provável reforma no sistema de aposentadorias e pensões

32 Competitividade

Empresas revelam problemas no comércio exterior, na nova edição do estudo *Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras*

36 Desemprego

Pesquisa mostra que medo do desemprego tem maior queda desde 1996, confirmando o otimismo do país com a recuperação da economia

38 Termômetro

Índice de Confiança do Empresário Industrial aumentou 0,9 entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019, chegando a 64,7 pontos

40 Giro Brasil

Indústria em Minas Gerais revela preocupação com mudança na linha marítima da operadora dinamarquesa Maersk Hamburg-Süd

42 *WorldSkills*

Reportagem mostra o dia a dia da preparação da delegação brasileira para a competição deste ano em Kazan, na Rússia

46 Outra visão

O cientista político Leonardo Barreto fala sobre a eleição dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e sua implicação para a formação da base legislativa de Jair Bolsonaro

Revista Indústria Brasileira
Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

PRESIDENTE
Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES
Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES
Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edílson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL
João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo
CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE
José Edward Lima
GERENTE-EXECUTIVO
Rodrigo Caetano

Desenvolvimento e Produção

FSB COMUNICAÇÃO
Consultor editorial:
Wladimir Gramacho
Jornalista Responsável:
Rachel Mello (DF 3877/95)
Reportagem:
Vivaldo de Sousa
e Marina Simon;
Projeto Editorial:
Guto Rodrigues;
Revisão de texto:
Renata Portella.
Capa:

Informações técnicas:
tel (61) 3317-9472,
fax (61) 3317-9456.
revistacni@cni.org.br.

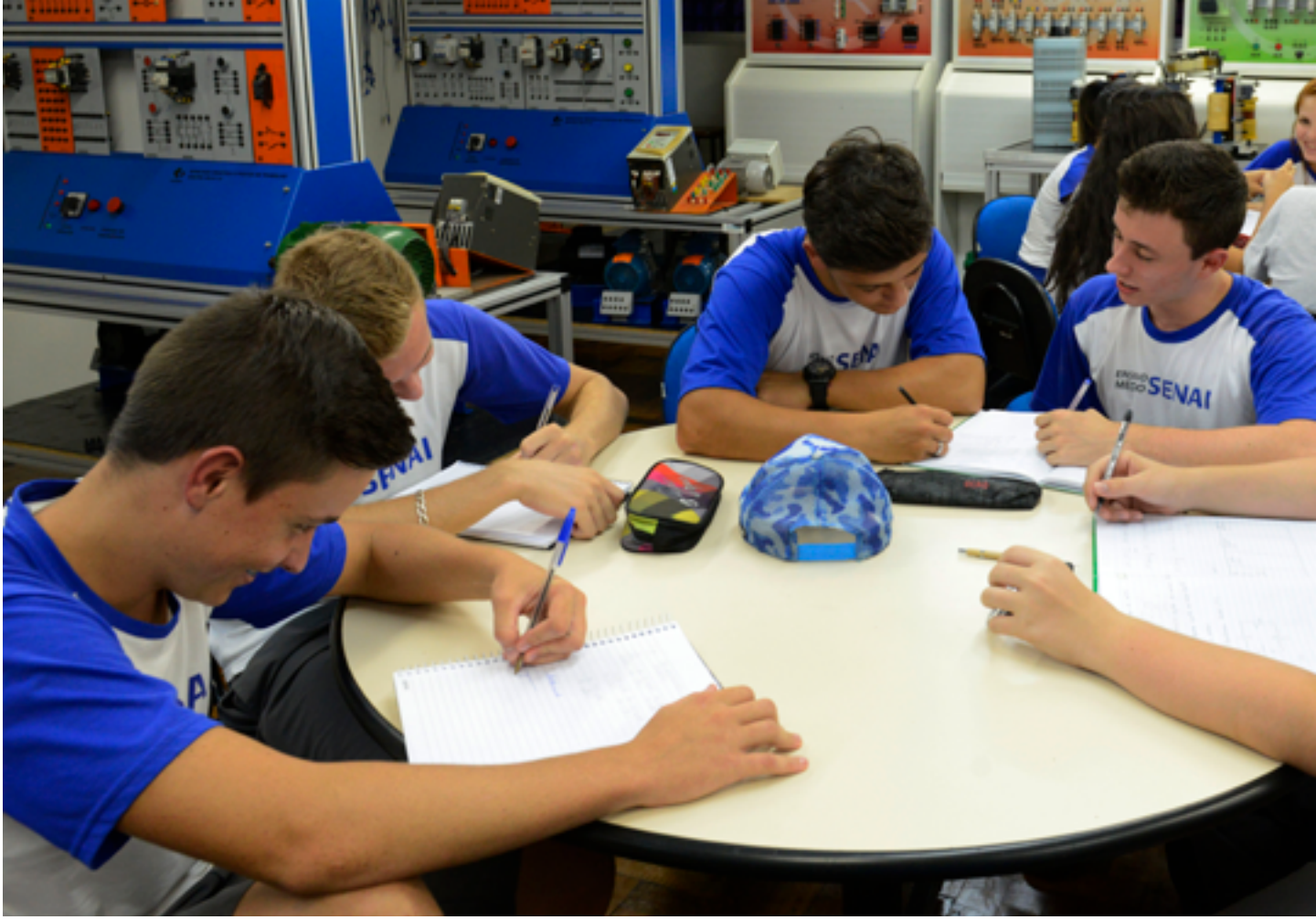
Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

A importância do SESI e do SENAI para a indústria e para o país

SOB todos os pontos de vista, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) são instituições exemplares. De caráter privado e custeadas com recursos provenientes das empresas, como ocorre na maioria dos países desenvolvidos, as duas entidades prestam serviços imprescindíveis para a população brasileira. Entre outras missões, preparam os jovens para o mercado de trabalho, qualificam trabalhadores e entregam à sociedade educação e saúde de qualidade indiscutível. São administradas com eficiência, sob as melhores práticas de gestão, com absoluta transparência orçamentária e ótimos resultados.

Conscientes de seu papel social, o SESI e o SENAI prestam contas à sociedade por meio de modernos sites de transparência, nos quais qualquer cidadão tem acesso, livremente, a informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos que são repassados pelas empresas. Os dados podem ser acessados nos seguintes *links*: *www.portaldaindustria.com.br/SENAI/canais/transparencia/* e *www.portaldaindustria.com.br/SESI/canais/transparencia/*. Além disso, as duas entidades são fiscalizadas e auditadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e por outras oito instituições públicas e privadas.

Além da relevância de suas ações para estimular a produtividade da economia nacional e a inovação, as duas instituições são amplamente reconhecidas como provedoras de bons serviços, especialmente para os jovens de baixa renda. Em pesquisa recente do Ibope, 94% dos entrevistados consideraram o SENAI ótimo ou bom e 93% afirmaram o mesmo em relação ao SESI. Esses são índices dificilmente



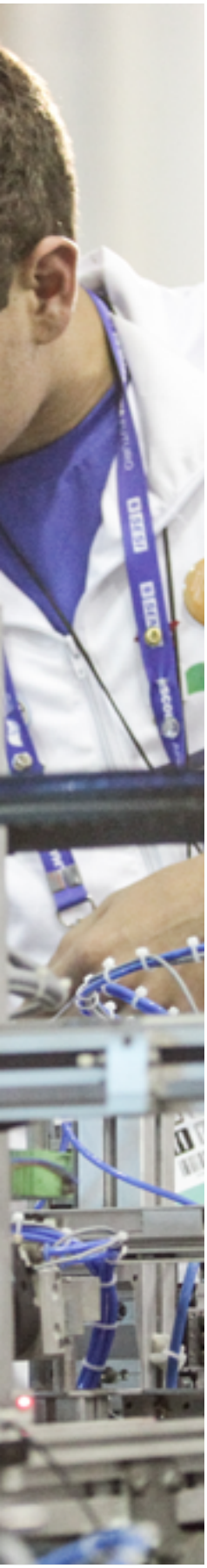
alcançados por outras organizações públicas ou privadas no país.

Maior instituição de formação técnica e profissional da América Latina, com 2,4 milhões de matrículas anuais e 67% de gratuidade, o SENAI é reconhecido mundialmente como referência em educação profissional. O SESI, por sua vez, oferece educação básica de qualidade para milhões de trabalhadores e seus familiares, além de promover ações e programas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), que beneficiam milhares de empresas dos mais diversos portes. Os brasileiros, nas cinco regiões do país, se beneficiam da atuação dos dois serviços sociais autônomos ligados à indústria.

SENAI e SESI foram decisivos na construção de um parque industrial forte e diversificado. Todos os grandes empreendimentos implantados no Brasil ao longo das últimas oito décadas se utilizaram e se beneficiaram das soluções oferecidas pelas duas entidades. Hoje, elas têm sido fundamentais para o enfrentamento dos grandes desafios decorrentes da quarta revolução industrial, que já está em curso. As transformações atuais exigem a constante adequação de empresas e trabalhadores às novas tecnologias, em mercados cada vez mais competitivos.

Num país de tantas incertezas, as empresas dificilmente investiriam, sozinhas, na qualificação de trabalhadores para o futuro – e o setor público não tem condições de assumir essa tarefa. Mais do que nunca, portanto, o fortalecimento do SESI e do SENAI é indispensável para o desenvolvimento não apenas da indústria, mas também do Brasil. ■

▲ Centros do SESI e do SENAI são reconhecidos em todo o país como unidades de ponta no uso de tecnologia e de qualidade na formação de jovens profissionais
F: José Paulo Lacerda/CNI



Transparentes, eficientes e essenciais

EM QUASE 80 ANOS DE TRAJETÓRIA, SESI E SENAI SE FIRMARAM COMO REFERÊNCIAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS À SOCIEDADE E NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

AO longo dos tempos, o léxico da administração empresarial vai se encorpando com novos termos. Conceitos como governança, eficiência e transparência são três elementos que se tornaram intrínsecos à boa gestão das instituições contemporâneas. Para o público, esses valores passaram a ser uma importante régua pela qual empresas, entidades da sociedade civil e a própria administração pública são avaliadas. Quanto mais se coloca em prática esses princípios, melhor é a imagem e a percepção de valor que cada instituição cria para a sociedade.

Há oito décadas, muito antes da popularização desses novos jargões corporativos, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI) sempre se pautaram pelos princípios da boa gestão em sua decisiva contribuição para a formação da base industrial brasileira. Mais recentemente, as entidades se destacaram pela iniciativa de abrir suas contas à sociedade, construindo e aprimorando seus instrumentos de transparência. Por iniciativa própria, ainda em 2005, passaram a divulgar em seus sites demonstrativos de receitas e despesas e relatórios anuais de atividades, colocando-os ao alcance de todos: empresas, trabalhadores, imprensa e poder público.

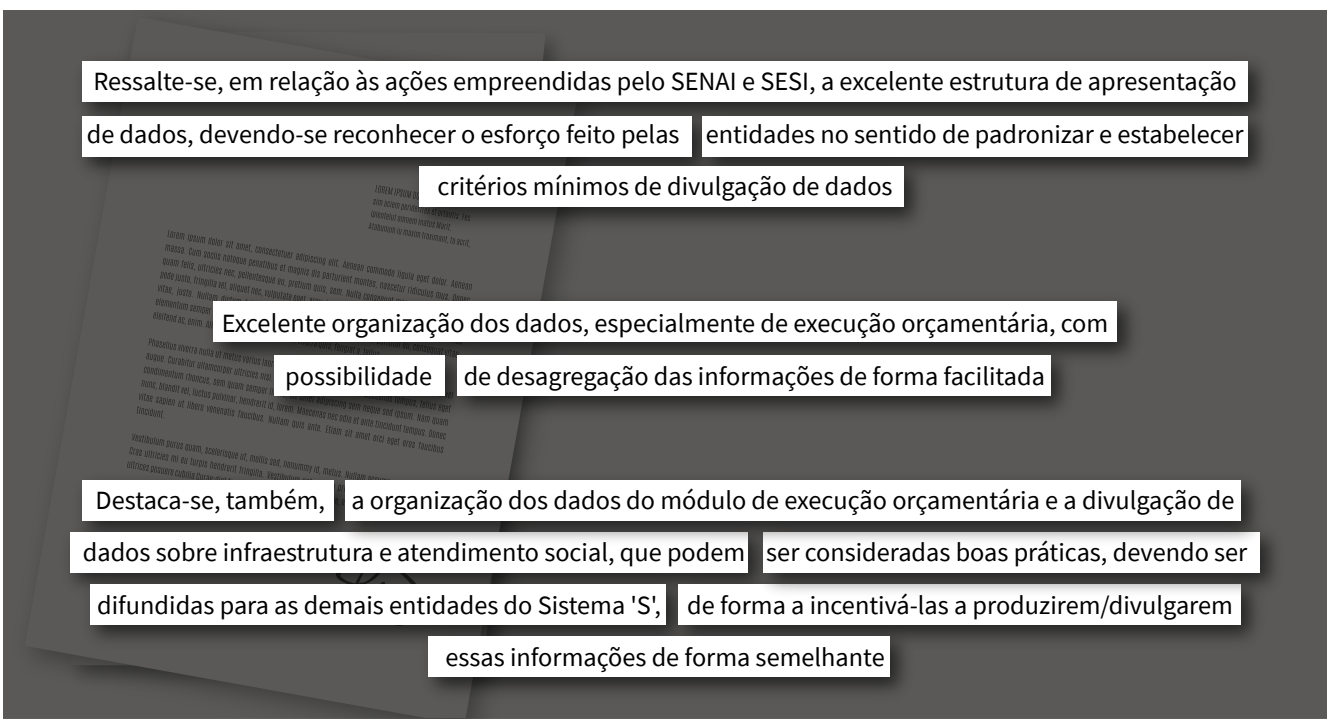
"O SESI e o SENAI sempre apresentaram um conjunto de informações para além daquilo que é exigido por lei", afirma o diretor-geral do SENAI e diretor-superintendente do SESI, Rafael Lucchesi. "Por acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), há um conjunto de informações obrigatórias e nós, por decisão interna, publicamos um acervo maior do que o exigido. Não temos nada a esconder e temos uma preocupação permanente de estabelecer esse diálogo com a sociedade. Não temos um histórico de conflito com os órgãos de controle. Pelo contrário, o que vier para melhorar a nossa transparência, a gente incorpora", afirma.

A explicação para entidades como SESI e SENAI prestarem contas a órgãos como o TCU é simples. Como serviços sociais autônomos, suas receitas advêm de contribuições compulsórias arrecadadas sobre a folha de pagamento de empresas industriais. São os chamados recursos parafiscais, cuja destinação fica sob a administração privada e deve ser aplicada em suas missões institucionais. Foi com esse entendimento que, em 2005, ainda antes da publicação de relatórios sobre a gestão dos recursos se tornar obrigatória, o SESI e o SENAI enviavam à corte de contas essas informações, acompanhadas de pareceres de auditorias independentes, que os Departamentos Nacionais do SESI e do SENAI contratam há mais de dez anos.

A publicação, na internet, dos dados das receitas com contribuição compulsória só viria a se tornar obrigatória três anos depois, quando o Congresso Nacional incluiu na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dispositivo colocando a exigência para todas as nove entidades que compõem os Serviços Sociais Autônomos – o chamado Sistema S. Pouco depois, a divulgação da estrutura de remuneração das instituições e dos nomes dos dirigentes e dos funcionários também passou a figurar entre os itens exigidos em páginas de transparência de cada um dos serviços.

Na prática, como explica Lucchesi, SESI e SENAI passam por um escrutínio mais rigoroso que as empresas privadas, em grau semelhante ao aplicado a órgãos da administração pública, na avaliação de sua gestão e na prestação de contas. "Estamos sujeitos aos controles sociais e nos ajustamos a todos eles. Cumprimos um *checklist* e apresentamos resultados muito satisfatórios. O SESI e o SENAI sempre tiveram seus pareceres limpos, sempre tivemos nossas contas abertas e sempre nos preocupamos em apresentá-las de forma transparente", explica Lucchesi.

▼ Trechos de relatório do TCU sobre o SESI e o SENAI divulgado no fim de 2018:



TRANSPARÊNCIA

Desde a LDO de 2008, o grau de publicidade sobre a gestão do SESI e do SENAI aumentou significativamente. Em julho do ano passado, as entidades concluíram a implantação dos *Portais da Transparência dos Diretórios Nacionais*, dos 27 Departamentos Regionais de cada entidade, do Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (CETIQT) e do Conselho Nacional do SESI. Somadas, formam um conjunto de 58 páginas de internet padronizadas e de fácil leitura, com dados detalhados sobre orçamentos, balanços contábeis, pareceres de auditores independentes, licitações e editais em andamento, relatórios de atividades e infraestrutura existente, entre outras informações.

"A transparência do SESI e do SENAI não nasceu com o site. Há uma evolução na prestação de contas e informações sempre foram submetidas ao TCU. O portal é o ápice", frisa o superintendente jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Cássio Borges, responsável pela relação com a corte de contas no processo de implantação dos portais da transparência. Para ele, esse processo de gradual abertura da gestão de instituições – públicas ou privadas, como o SESI e o SENAI – faz parte de uma mudança de comportamento, pela qual vão se aprimorando os mecanismos de controle legal e social de empresas, dos governos e das instituições.

Desenvolvidos a partir de recomendação do Acórdão 699/2016 do TCU, os sites de transparência do SESI e do SENAI consumiram dois anos de trabalho. Alguns números dessa verdadeira força-tarefa são eloquentes: para consolidar o portal, foram envolvidos 58 órgãos das duas instituições, quatro grupos de trabalho e mais de 800 colaboradores de todo o Brasil, sob a coordenação de um comitê nacional. Para que os sites cumprissem a missão de dar transparência e uniformidade às contas e à gestão das unidades de todo o país, nove sistemas de informação foram criados e implementados.

Dois extensos planos de ação foram elaborados para que os novos processos se traduzissem em um canal de transparência completo e intuitivo. Ao longo de 21 meses, foi cumprido um rígido cronograma,

SENAI é centro de qualificação reconhecido no mundo todo, diz Cláudia Costin, uma das maiores especialistas em educação do país
F: Alex Canziani

CONHEÇA TODOS OS NÚMEROS DO SESI E DO SENAI

Visite os canais da transparência

SESI

http://www.portaldaindustria.com.br/sesi/canais/transparencia/

SENAI

http://www.portaldaindustria.com.br/senai/canais/transparencia/

que começou com a implantação dos sites dos Departamentos Nacionais do SESI e do SENAI, seguida dos 54 Departamentos Regionais, do CETIQT e do Conselho Nacional do SESI. "O grande passo foi a percepção de se transferir à sociedade mecanismos de controle social das instituições. O fato de se dar publicidade ao agir privado das empresas e oferecer mais conhecimento da gestão passa a ser um ativo associado como valor de marca, com base em seu comportamento e em sua atuação perante a sociedade", completa Borges.

> ***"Não vi uma escola em países em desenvolvimento que chegasse próximo das escolas do SENAI"***
>
> ▲ *Cláudio Moura e Castro*
> ex-dirigente da OIT e especialista em educação

Em 2017 – com o plano de ação ainda em curso –, o TCU iniciou um levantamento nos mecanismos de transparência das entidades do Sistema S, a pedido da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. Uma versão preliminar do relatório, embora ainda pendente de julgamento de mérito, se tornou pública no fim de 2018, trazendo à tona algumas avaliações sobre as entidades do Sistema Indústria. Entre os aspectos analisados estava a organização e a divulgação das informações relativas à gestão das entidades em seus sites de transparência. Em meio às 166 páginas do documento, o SESI e o SENAI deixaram uma impressão positiva nos auditores da corte em relação à prestação de contas, como mostram trechos da análise.

SITES TRANSPARENTES

Sobre os sites de transparência dos Departamentos Nacionais, o relatório avaliou, inicialmente, a disponibilidade das informações exigidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008. Além de referendar o cumprimento da lei, o documento acrescenta, na página 62, as seguintes observações: "Excelente organização dos dados, especialmente de execução orçamentária, com possibilidade de desagregação das informações de forma facilitada." A avaliação do TCU elogia, ainda, a divulgação de dados sobre a infraestrutura das entidades – como unidades fixas e móveis – e dos dados de atendimento social, que são prestados por iniciativa própria, para além da exigência legal.

Em outro trecho, na página seguinte, os técnicos do TCU discorrem sobre a estrutura dos sites de transparência do SESI do SENAI: "Ressalte-se, em relação às ações empreendidas pelo SENAI e SESI, a excelente estrutura de apresentação de dados, devendo-se reconhecer o esforço feito pelas entidades no sentido de padronizar e estabelecer critérios mínimos de divulgação de dados". E conclui: "Destaca-se, também, a organização dos dados do módulo de execução orçamentária e a divulgação de dados sobre infraestrutura e atendimento social, que podem ser consideradas boas práticas, devendo ser difundidas para as demais entidades do Sistema 'S', de forma a incentivá-las a produzirem/divulgarem essas informações de forma semelhante".

A auditoria do TCU não é a única a referendar a transparência do SESI e do SENAI. Em análise recente dos mecanismos de prestação de contas das entidades, um documento da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) – ligada à Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP) – também concluiu que os processos de prestação de contas e publicidade das informações de gestão cumprem os requisitos de transparência. "Está tudo lá, aberto ao público, aberto para receber sugestões de alguém que ache necessário", resume o diretor-presidente das Faculdades Fipecafi e um dos autores do trabalho, Wellington Rocha.

FISCALIZAÇÃO

Segundo o economista, o processo de prestação de contas à sociedade é extenso e tem início já com a apresentação dos orçamentos do SESI e do SENAI ao Poder Executivo. Pela legislação, uma vez aprovada internamente, a programação de

despesas dos departamentos nacionais e regionais é submetida aos ministérios da Economia (SENAI) e da Cidadania (SESI); até 2018, eram os ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social, respectivamente. Cada pasta tem a atribuição de verificar se o orçamento enviado atende às missões institucionais de cada casa do Sistema Indústria. Essa etapa reforça o grau de transparência dos orçamentos do SESI e do SENAI, que passam pela análise do Estado antes e depois de sua execução.

Os ministérios são apenas duas entre outras instâncias do poder público que auditam e fiscalizam as contas dos serviços sociais autônomos. O Ministério da Educação, por exemplo, supervisiona a aplicação das receitas com a contribuição compulsória em cursos gratuitos, conforme os percentuais obrigatórios. Para comprovar o atendimento às exigências, SESI e SENAI enviam relatórios mensais sobre o cumprimento da gratuidade, além de publicar os dados nos sites de transparência. O TCU, por sua vez, fiscaliza as contas das entidades, que também são auditadas pela Controladoria-Geral da União (CGU). Somadas privadas e públicas, são nove instâncias de controle.

"O argumento de falta de transparência não se sustenta", assevera Wellington Rocha. "Analisamos com toda a fundamentação, tanto do ponto de vista jurídico como em normas de contabilidade, internacionais e nacionais, que foram incorporadas pelo Tesouro Nacional. O Sistema (Indústria) está exposto a toda a transparência, seja pelo portal – que permite que as planilhas sejam baixadas e copiadas, seja pelo escrutínio do governo federal – que é quem aprova os orçamentos do SESI e SENAI antes que sejam executados", explica o economista.

GESTÃO EFICIENTE

A prestação sistemática de contas e a sua recorrente aprovação pelos órgãos de controle são um atestado, segundo Rafael Lucchesi, da boa gestão dos recursos arrecadados com a contribuição compulsória. Outra comprovação pode ser aferida pelos indicadores da atuação do SESI e do SENAI no cumprimento de suas missões de qualificar o trabalhador da indústria e de promover ações para a sua segurança e o seu bem-estar. "A performance que temos é de excelência e a alcançamos com os mais avançados

◂ Fruto da parceria da Shell com o SENAI Cimatec, na Bahia, o *FlatFish* é um avançado veículo autônomo capaz de inspecionar, em 3D, estruturas de exploração submarina de petróleo
F: Miguel Ângelo/CNI

instrumentos de gestão. Fazemos planejamento estratégico e isso orienta o conjunto de nossas ações, que são de longo prazo, com eficiência e eficácia comprováveis", resume o dirigente.

Há duas formas mais comuns de avaliar que a educação técnica e profissional qualifica o trabalhador de acordo com as exigências da indústria. Uma delas mede o grau de empregabilidade dos profissionais após a conclusão dos cursos de qualificação. Segundo a mais recente *Pesquisa de Egressos*, de 2017, de cada dez alunos do SENAI, seis haviam conseguido emprego em suas especialidades em até um ano após a formatura. A outra mensura o grau de aceitação da indústria – que contribui para as entidades e representa sua principal clientela – por parte dos profissionais qualificados. A pesquisa mostrou que mais de 90% das indústrias ouvidas preferem contratar alunos do SENAI.

> ***"A gestão e outros fatores estão fazendo a diferença para que as escolas do SESI consigam ter um resultado melhor"***
>
> ▲ *Naercio Menezes*
> coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper

Levantamento recente realizado pela CNI mostra, também, que a formação de qualidade e alinhada às necessidades da indústria conta com o reconhecimento da população. Para o brasileiro, o SESI e o SENAI têm papel de reconhecida importância para o desenvolvimento da indústria e do país, com 89% da população avaliando a atuação do SESI como ótima ou boa e, para o SENAI, o índice alcança 92%. A eficiência do gasto também se evidencia pelo elevado desempenho dos alunos da educação profissional, segundo o Sistema de Avaliação da Educação Profissional (Saep): em 2017, 82% dos alunos do SENAI alcançaram os níveis adequado ou avançado em suas competências.

O desempenho dos alunos da educação básica do SESI não fica atrás. Com metodologia moderna de ensino e a inclusão da robótica na grade curricular, a rede de escolas alcançou resultados superiores à média nacional. Seus alunos do 5º ano do ensino fundamental tiveram desempenho, em média, melhor que os das escolas municipais, estaduais e privadas do Brasil. "A gestão e outros fatores, como possivelmente a qualidade do professor, estão fazendo a diferença para que as escolas do SESI consigam ter um resultado melhor, mesmo comparando alunos com a mesma escolaridade da mãe (referência tradicional em estudos sobre desempenho educacional)", analisa o coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, Naercio Menezes, que organizou o estudo comparativo.

RECONHECIMENTO

A evolução do modelo de educação voltada para o mundo do trabalho agora está concentrada em enfrentar os desafios da quarta revolução industrial. Entre eles, o de antecipar as tendências tecnológicas para identificar os perfis profissionais que serão requisitados pela indústria. Para preparar o setor para essa transição, o SENAI montou um portfólio de cursos, diagnósticos e projetos para ajudar empresas na transição para processos produtivos que utilizem tecnologias digitais – como Internet das Coisas (IoT, na sigla em inglês), inteligência artificial e big data – e automação.

Tal sintonia com as demandas do setor industrial e a qualidade na formação dos trabalhadores têm contribuído para que a educação profissional oferecida pelo SENAI seja reconhecida, não só por quem contrata seus estudantes, mas também por instituições internacionais. Em 2016, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) apontou o SENAI como uma das três mais importantes instituições do hemisfério sul no alcance do objetivo de assegurar educação de qualidade. O organismo também elogiou as ações de estímulo à inovação nas empresas por meio de consultorias técnicas e pesquisa tecnológica. No mesmo ano, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os países mais desenvolvidos, destacou o SENAI como experiência bem-sucedida

SENAI É INSTITUIÇÃO DE PONTA NA INOVAÇÃO

189 **Laboratórios de Tecnologia**

Maior rede credenciada pelo INMETRO, garante a qualidade final de produtos e contribui para aperfeiçoar processos produtivos da indústria

58 **Institutos de Tecnologia**

Presentes em 16 estados e no DF, em regiões de grande densidade industrial, prestam serviços e desenvolvem soluções em tecnologia

26 **Institutos de Inovação**

Com foco em pesquisa aplicada, atuam em rede para dar apoio em soluções tecnológicas da fase pré-competitiva à fabricação de produtos industriais

de formação alinhada às necessidades do mercado de trabalho.

Ex-diretora global de Educação do Banco Mundial e uma das principais especialistas brasileiras no tema, a professora Cláudia Costin ressalta que o SENAI tem um "papel extremamente importante para o Brasil", que se tornou um "centro interessante de qualificação de trabalhadores, reconhecido no mundo todo". Segundo ela, o modelo consolidado pela instituição é um exemplo que poderia ser replicado no Brasil. "O aprendizado acumulado pelo SENAI poderia ser repassado com grandes vantagens para secretarias de educação dos estados para que a gente conseguisse a mesma qualidade instrucional que conseguiu construir", pondera.

O economista Cláudio Moura e Castro, outro importante estudioso da educação brasileira, é um defensor do modelo dos serviços sociais autônomos como o mais adequado para planejar e ofertar os programas de qualificação profissional. Como ex-dirigente da OIT na área, ele conta ter tido contato com dezenas de escolas de ensino técnico, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. "Uma coisa me chamou muito a atenção: eu não vi uma escola em países em desenvolvimento que chegasse próximo das escolas do SENAI. Pelo contrário, essas escolas do SENAI estão praticamente no mesmo nível das que a gente admira naqueles países avançados", conta. ■

Contas Abertas

Os recursos do SESI e do SENAI são **auditados e fiscalizados** por nove instituições públicas e privadas

Controles internos

SESI

Os conselhos regionais do SESI votam o orçamento anual de cada departamento regional e aprovam o relatório e as prestações de contas.

O Conselho Nacional aprova o orçamento geral da entidade, a prestação de contas e o relatório anual do departamento nacional. Também aprecia as contas dos departamentos regionais.

SENAI

Comissões de contas dos conselhos regionais aprovam e fiscalizam o orçamento dos departamentos regionais do SENAI.

O Conselho Nacional aprova o orçamento e fiscaliza a execução orçamentária e a movimentação financeira do departamento nacional da entidade.

Controles externos

SESI

SENAI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: fiscaliza a aplicação de recursos do SESI e do SENAI em cursos gratuitos a partir de relatórios mensais sobre o cumprimento da gratuidade.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA: fiscaliza, anualmente, os orçamentos do SESI para verificar o cumprimento da missão da instituição.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA: analisa, anualmente, os orçamentos do SENAI para verificar o cumprimento da missão da instituição.

EMPRESAS DE AUDITORIA INDEPENDENTES: analisam, anualmente, as contas dos departamentos nacionais e regionais do SESI e do SENAI. Os pareceres são publicados na internet.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: SESI e SENAI passam por rigorosas fiscalizações do órgão, que tem atestado a eficiência do serviço prestado às empresas.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO: faz auditorias sobre a aplicação de recursos do SESI e do SENAI.

Serviços eficientes e clientela satisfeita

SESI e SENAI são reconhecidos pela **qualidade** dos serviços prestados e pelos resultados trazidos para a indústria

O SENAI educa com excelência,...

- **82%** dos alunos foram avaliados nos níveis adequado e avançado no Saep

... aplica bem os recursos destinados à educação...

- O SENAI é reconhecido pela ONU e pela OIT como referência na educação profissional

... e tem qualidade reconhecida por trabalhadores e empresas

- **76%** dos egressos consideram que a formação é importante para o primeiro emprego
- **mais de 90%** preferem ex-alunos do SENAI na hora da contratação
- **88%** dos empresários estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o SENAI

O SESI atende à comunidade,...

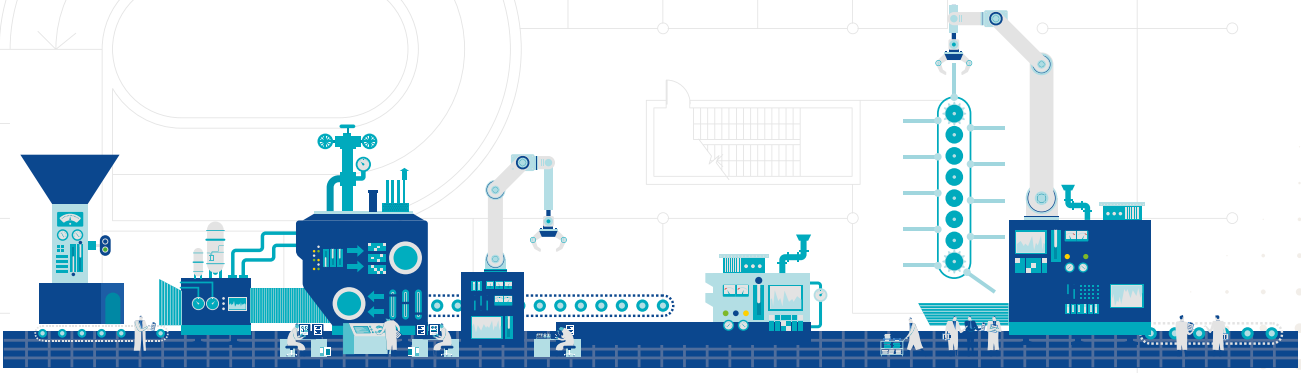
- são **1,2 milhão** de jovens na educação básica e **4 milhões** de atendimentos em saúde e segurança no trabalho (2017)

... a educação básica é da melhor qualidade...

- os alunos do 5º ano têm desempenho superior aos das escolas municipais, estaduais e privadas

... e tem ampla aprovação do público

- **84%** de quem conhece está satisfeito ou muito satisfeito com o SESI
- **87%** dizem que a instituição é essencial para a indústria



A indústria que inclui e transforma

COM SEUS BARCOS-ESCOLA E PROGRAMAS PARA EDUCAÇÃO DE ADULTOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, SESI E SENAI PROMOVEM CIDADANIA PARA TODOS OS BRASILEIROS NO PAÍS INTEIRO

Barcos Samaúma levam educação e oportunidades de formação profissional a populações amazônicas desde 1979

f: arquivo

Dona Inácia, de Itapiranga (AM), fez curso de doces e salgados em 2010

f: Diego Campos

ITAPIRANGA, município amazonense a 340 km de Manaus. São 11h30 da manhã e Inácia Queiroz Pereira, a dona Inácia, 51 anos, monta as marmitas de almoço que o marido, seu Ademir Quintino, 49 anos, deve entregar dentro de alguns minutos. Entre as colheres de arroz, feijão, farinha de Uarini (famosa na região) e, claro, peixe fresco, ela conversa com nossa equipe. "Eu também trabalho na secretaria de uma escola aqui do município e ganho um salário mínimo. Mas Deus me iluminou: decidi começar a fazer salgados e montei uma banca com meu marido. Só que a gente não tinha experiência, não sabia as medidas certas, não sabia como calcular o lucro", conta.

CIDADANIA NAS ÁGUAS DA AMAZÔNIA

Em 40 anos de história, dois barcos mudaram a vida de milhares de brasileiros

- Início das atividades: **17 de fevereiro de 1979**
- **93,5** mil km navegados, o que equivale a **2,3 voltas na Terra**
- **160** viagens
- **60 mil** alunos
- **65** municípios atendidos
- **34** cursos oferecidos, todos gratuitos: Confeiteiro industrial, instalador elétrico residencial, mecânico de motor de popa, padeiro, pedreiro, reparador de condicionador de ar, empreendedorismo, entre outros.

Quando o barco-escola do SENAI, o Samaúma, chegou a Itapiranga, em 2010, dona Inácia viu uma oportunidade. Ela e Ademir fizeram o curso de Doces e Salgados e, a partir daí, resolveram expandir os negócios. Hoje, com as marmitas, além da venda desses quitutes, o casal multiplicou sua renda. "Com esses trabalhos ganho três vezes mais do que na escola. É esse dinheiro que paga a faculdade de psicologia da nossa filha, em Manaus, além de moradia, transporte e alimentação. Tudo graças ao Samaúma", diz.

Em setembro de 2018, o Samaúma retornou a Itapiranga. Dona Inácia não perdeu tempo e se matriculou novamente, dessa vez para as aulas de Pizzaiolo. "Aqui não há cursos como esses do SENAI e eu não tinha condição de ir pra Manaus estudar. Imagine, teria de pagar um curso, hospedagem, transporte... E com que dinheiro?", completa.

Além de dona Inácia e seu Ademir, outras 60 mil pessoas que moram em 65 municípios do Amazonas, do Acre, do Amapá, de Rondônia, de Roraima e do Pará fizeram cursos nos dois barcos-escola do SENAI e tiveram suas vidas transformadas. Inaugurado em fevereiro de 1979, em Tefé (AM), o projeto de unidades fluviais do SENAI fomenta o microempreendedorismo na Região Norte com cursos inteiramentes gratuitos para a população, uma grande ação social do Sistema Indústria.

Para a CNI, o Samaúma representa um resgate da sociedade brasileira com relação ao povo da Amazônia e a oportunidade de levar educação de qualidade e conhecimento para os moradores da região. Por meio do ensino técnico e profissional, na avaliação da entidade, os trabalhadores adquirem melhores condições de terem uma profissão, o que reflete na empregabilidade e na renda da população. Além disso, a melhora na capacitação da população contribui para que a Amazônia ganhe, cada vez mais, em relevância na economia brasileira.

De acordo com o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Antonio Silva, os dois barcos Samaúmas têm importância vital para a região. "Com os barcos, o SENAI leva cidadania para o interiorano que fica à margem de tudo o que ocorre nos grandes centros urbanos. As distâncias são imensas de um município ao outro onde, muitas vezes, só é possível chegar de barco. Aqui, os rios comandam as nossas vidas", destaca.

As viagens do Samaúma são definidas, previamente, pelo SENAI em parceria com as prefeituras. O barco fica, em cada

município, de dois a três meses oferecendo diferentes tipos de cursos, seja na área de Alimentos, Mecânica, Elétrica, entre tantos outros. Depois, parte para uma outra cidade. "O SENAI faz uma pesquisa vocacional antes de desembarcar no município. Sentamos com os prefeitos e levantamos as necessidades dos cursos que deverão ser ministrados", explica o diretor regional do SENAI do Amazonas, Rogério Pereira.

As unidades fluviais do SENAI surgiram de uma necessidade específica da região: sem estradas conectando a maioria das capitais a boa parte das cidades, como chegar à população senão pelos rios? A primeira embarcação foi construída pelo SENAI, pela CNI e pelo Ministério do Trabalho. Desde então, o programa oferece cursos gratuitos com um objetivo em comum: promover inclusão social e cidadania entre os ribeirinhos. Só no Amazonas são mais de 2 milhões de pessoas, metade da população do estado.

INCLUSÃO

O SENAI também é pioneiro na capacitação de pessoas com diferentes tipos de deficiência. O Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI) já qualificou mais de 200 mil pessoas em todo o país desde 2007. Deficiente visual, o auxiliar administrativo Jonatan Santos diz que um dos diferenciais das aulas oferecidas pelo SENAI é a qualidade dos materiais adaptados para diferentes tipos de deficiência. "Facilita, e muito, nosso aprendizado", conta ele, que estuda no SENAI do Rio de Janeiro.

Além da adaptação de livros e apostilas, o SENAI também investe na especialização de seus profissionais. No ano passado, 300 docentes foram capacitados em braile e outros 300, em audiodescrição. "Toda e qualquer pessoa pode fazer um curso no SENAI nas 37 áreas tecnológicas. O PSAI atua na adequação de cursos, ferramentas e instrumentos para garantir a tecnologia assistiva considerando as características de cada um", explica Adriana Barufaldi, coordenadora do PSAI.

Outra iniciativa de inclusão social bem-sucedida do Sistema Indústria é a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Desde 1946, o SESI oferece a modalidade, que permite que jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ao ensino na idade adequada possam retomar os estudos. Funcionário da Consciente Construtora, em Goiás, Luís Carlos Nogueira, 45 anos, parou os estudos na quarta série e, entre 2012 e 2017, conseguiu concluir o ensino médio numa sala de aula montada na empresa. "Se antes eu tinha vergonha até de falar meu nome, hoje me expresso bem e sou até presidente da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Sou muito grato a essa parceria do SESI com a minha empresa", conta.

A EJA do SESI foi reformulada em 2017, passando a trabalhar com o reconhecimento de saberes prévios e um currículo conectado à realidade profissional dos alunos. O novo currículo prevê, ainda, 20% de aulas presenciais e 80% a distância, além da modalidade EJA Profissionalizante, ofertada em parceria com o SENAI. "Cerca de 48% dos trabalhadores da indústria não têm a educação básica completa ou capacitação profissional. Com esse formato, conseguimos completar a escolaridade do trabalhador em menor tempo e oferecer também uma qualificação ao profissional do setor", explica o gerente-executivo de Educação do SESI, Sérgio Gotti. ■

OUTROS PROGRAMAS E AÇÕES DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

- **200 mil** matrículas de pessoas com deficiência no SENAI (2007-2018)
- **295 mil** matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Nova EJA do SESI nos últimos 3 anos
- **4 milhões** de pessoas beneficiadas com programas de segurança e saúde no trabalho por ano
- **50 mil** indústrias atendidas pelo SESI
- **1,6 milhão** de consultas médicas e **1 milhão** de pessoas vacinadas em 2017

Não se pode destruir o que está funcionando

SENADOR IZALCI LUCAS (PSDB-DF) CONSIDERA QUE O SISTEMA S DEVE SER MANTIDO E APERFEIÇOADO, POIS TEM FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE MAIOR QUALIDADE

▸
Senador diz que governo deve "cortar na carne" antes de tirar dinheiro do Sistema S
F: William Santana

A revolução industrial em andamento, conhecida como indústria 4.0, precisará cada vez mais de trabalhadores com boa formação profissional, como a ofertada pelo Sistema SESI-SENAI. Na opinião do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), "essa discussão não pode ser feita apenas de um modo pontual. Tem de ser uma análise global. O que você percebe que funciona hoje é a formação profissional por meio do Sistema S. Se você tenta destruir a única coisa que está funcionando, acaba complicando mais", afirma o parlamentar, que chegou a ser cotado para o Ministério da Educação.

Como o senhor vê a discussão atual para reduzir encargos sobre folhas de salários? Sempre achei essa questão muito distorcida, porque quem quer emprego não pode onerar quem vai contratar, então isso já deveria ter sido desonerado há muito tempo. Não pode ser de uma forma desordenada como a presidente Dilma Rousseff fez e trouxe um problema seríssimo para a Previdência. Eu defendo a desoneração total da folha, então tem que achar uma compensação. Por isso a reforma tributária é fundamental.

O senhor acha que é possível fazer a desoneração sem antes discutir a questão fiscal? Eu acho possível. O maior problema das empresas é a falta de segurança jurídica. Em outros governos aprovaram a desoneração, depois mudaram de novo e isso causa perda de credibilidade e confiança. A economia funciona com confiança e segurança jurídica. Para fazer tem que ser algo definitivo, não tem como fazer as coisas de forma precipitada e sem análise técnica como um todo.

Como o senhor vê a discussão sobre alterações no Sistema S, responsável por melhorar a qualificação profissional dos trabalhadores? Essa discussão não pode ser feita apenas de um modo pontual, mas tem que ser uma análise global. O que você percebe que funciona hoje é a formação profissional por meio do Sistema S. Se você tenta destruir a única coisa que está funcionando, acaba complicando mais. Evidentemente tem que ponderar essa questão, ver se todas as confederações e áreas do sistema estão funcionando, porque pode haver distorções. A questão é fiscalizar e manter o controle dessas atividades.

Então seria aperfeiçoar um sistema que já está dando certo? Sim. Precisamos pensar duas vezes antes de fazer mudanças e reduzir recursos de algo que está funcionando. Agora, tem de buscar eficiência no Sistema S. Por mais que funcione bem, a gente tem algumas reclamações. Por isso, a transparência é fundamental.

Como o senhor vê a importância do sistema S para a qualificação da mão de obra? O governo busca a qualificação, mas quase tudo que o governo faz não funciona. Na educação pública não funciona. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que aprovamos aqui, só funcionou no Sistema S. O projeto original era funcionar só em escola e faculdade pública, mas não deu certo. De uma maneira geral, o governo não tem sido muito ou nada eficiente na formação profissional. Tem de ter muito cuidado para não mexer nesse sistema sem ter uma alternativa concreta que tenha garantia de que vai funcionar. Falar simplesmente em corte é precipitado. Tem de saber o que fazer, porque mudar aquilo que possa comprometer o que está sendo bem feito hoje para a educação é prejudicial. O mercado precisa hoje de gente qualificada, então tem que ter cuidado para não destruir o que já funciona.

Qual outro ponto é importante destacar para entrar nessa discussão do Sistema S? Lembro que essa proposta não é nova. No governo do PT tentaram fazer isso, para pegar parte desse recurso para o PRONATEC. Tirar de um lugar para colocar em outro que não funciona já é um problema. Tem que fazer uma auditoria da utilização dos recursos. Saber se estão sendo usados corretamente. Eu acho que não deve mexer. Sei que tem muita coisa para alterar, mas tem que tomar muito cuidado para não afetar o que está funcionando bem hoje, que é o caso da formação profissional.

Como senhor vê o papel de fomento cultural realizado pelo sistema S? Acho importante. A gente sabe que o SESI e o SESC têm a parte cultural, que também é válida. Além da qualificação profissional, o Sistema S também tem a parte social. Antes de mudar a distribuição de recursos do sistema, acho que o governo precisa primeiro cortar na carne. ■

Previdência e contas Estaduais são mais urgentes que desoneração

▲ Desoneração é desafio técnico e político, avalia o professor da FGV
F: divulgação

PROFESSOR DA FGV, MANOEL PIRES CONSIDERA EQUIVOCADO DISCUTIR AGORA A REDUÇÃO DE ENCARGOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTOS DAS EMPRESAS, POIS ISSO DARIA A IMPRESSÃO DE QUE A SITUAÇÃO FISCAL DO PAÍS É BOA, QUANDO NÃO É

ANTES de desonerar novamente a folha de pessoal, como aconteceu no governo Dilma Rousseff, a equipe econômica deveria aprovar a reforma da Previdência Social e negociar uma solução para a dívida dos estados. A opinião é do economista Manoel Pires, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV). Segundo ele, ainda há espaço para medidas de política monetária que estimulem a geração de novos empregos. "Depois, num terceiro momento, você faz a discussão da tributação sobre a folha", sugere o professor, em tática gradualista.

O que pode ser feito para gerar emprego reduzindo encargos sobre folha de pessoal? O governo tem iniciado algumas discussões sobre a redução da carga tributária do trabalho, como uma forma de gerar empregos. Até agora não temos uma proposta concreta para analisar. Mas para se gerar uma quantidade substancial de emprego, deve ser feita uma desoneração bastante expressiva. Não é que não funcione, mas tem uma questão fiscal relevante. Estamos falando de um país com 12,6 milhões de desempregados. Então, para introduzir uma política que tenha capacidade de reverter ou amenizar isso de uma maneira mais substancial, haveria essa desoneração bastante expressiva. Se o governo optar por essa alternativa,

é muito provável que tenha que apresentar uma forma de compensar isso para o Estado não perder uma quantidade expressiva de arrecadação. Isso é diferente de discutir quanto vai cortar do Sistema S, que é uma arrecadação pequena do total.

Como assim? O governo vai ter que apresentar um projeto com um fôlego maior para tramitação no Congresso Nacional. Com uma compensação expressiva também. Então ele vai ter que aumentar algum imposto para compensar isso. A experiência que a gente observou recentemente é que o Congresso aceita esse debate da desoneração, mas tem muita dificuldade de introduzir essa compensação de maneira que equilibre o orçamento. Esse é um desafio técnico e político também.

Em relação à desoneração da folha de pagamento, tem como avançar nisso sem ter uma solução visível para a questão do déficit fiscal? É uma agenda que vai na direção contrária do que tem sido feito para tentar reconstruir as bases do resultado primário. Há uma discussão complexa que é como você compensa a perda de arrecadação. Além disso, há um contexto que aumenta a complexidade analítica e política, que é estarmos no meio de uma discussão de reforma da Previdência Social. Como você concilia a necessidade da reforma e ao mesmo tempo abre mão de arrecadação? Parece que é um tema que tem que ser mais bem avaliado por parte do governo.

E a questão de mexer no Sistema S? O Sistema S é financiado por uma contribuição compulsória das empresas. Tem a sua utilidade ao desenvolver muitas ações em educação dos trabalhadores, mas não passa pelo mesmo processo que os recursos tributários normalmente passam, que é a aprovação no Congresso, onde você define as prioridades do país. Ele tem um nível de transparência muito inferior em relação aos gastos do orçamento, então você tem um espaço para dar mais governança, mais transparência e conferir um pouco mais de cidadania ao Sistema S, que foi concebido num período em que a ideia de orçamento e a forma de se fazer política pública eram muito diferentes da que temos hoje. Ele precisa ser modernizado e democratizado em certo sentido.

Reduzir recursos do Sistema S pode, de alguma maneira, ajudar a gerar emprego? A impressão que tenho é que, se você focar somente no Sistema S, o percentual de geração de emprego é pequeno, mesmo considerando hipóteses otimistas. A conclusão geral é que se você quiser olhar para a empresa mirando a discussão de tributação no mercado de trabalho, sobre folha, você tem que fazer algo mais arrojado e isso envolve todas essas complexidades que a gente comentou. É evidente que vai ter ganho de economia no Sistema S, como tem em qualquer área da vida. É preciso dar mais transparência e discutir a governança. Hoje tem um conjunto de pessoas que recebem recursos de forma compulsória e decidem como alocar isso. Tem que dar mais transparência e clareza sobre como esses recursos são gastos, se é a forma mais produtiva de usar esse recurso de fato. Depois que toda essa análise for feita, terá mais sentido fazer uma discussão de quanto se pode ajustar no Sistema S.

Qual então seria o caminho mais rápido para gerar emprego no Brasil? Acredito que há espaço para medidas na área monetária, mas como estamos com os juros em níveis baixos, historicamente, tem que fazer devagar para avaliar as consequências. Essa é a primeira medida. A segunda seria avançar na agenda fiscal e por dois lados: primeiro a reforma da Previdência Social, para conter a trajetória de desacelerar o crescimento da despesa, e, depois, resolver o problema das finanças estaduais, que provavelmente vai incorrer em algum tipo de ajuda financeira do governo federal. Com isso os estados vão poder normalizar as contas, pagar os atrasados e voltar a investir um pouco, com sensação de melhora. Depois, num terceiro momento, você faz a discussão da tributação sobre a folha já com uma análise mais clara do que tem que ser feito no Sistema S e também já sabendo do resultado da reforma da Previdência, o que permite saber qual espaço fiscal se abriu com isso. Só assim teremos uma clareza maior do que é possível avançar na redução do custo de trabalho. ■

▲ F: gettyimage.com

Relações de trabalho na indústria têm novo portal informativo

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou, no último dia 7 de dezembro, o Conexão Trabalho, um novo portal para informar sobre as relações entre empregados e empregadores. A página é o principal canal de informações e discussões da indústria acerca de assuntos ligados à pauta trabalhista, previdenciária, sindical e de segurança e saúde do trabalho (SST). No portal, o público pode encontrar material sobre temas recentes de grande repercussão, como a modernização das leis do trabalho e a regulamentação da terceirização. Na página também estão expostas as propostas da CNI para as áreas de relações de trabalho e para a reforma previdenciária.

Prêmio Indústria Marcantonio Vilaça abre inscrições para artistas de todo o Brasil

Artistas plásticos de todo o Brasil podem se inscrever na 7ª edição do Prêmio Indústria Marcantonio Vilaça, um dos mais reconhecidos concursos de arte contemporânea do Brasil. As candidaturas estão abertas até 10 de março de 2019 e podem ser feitas pela internet ou pelos Correios. A iniciativa vai premiar a trajetória profissional de cinco artistas plásticos. Cada um dos vencedores receberá uma bolsa no valor de R$ 50 mil e terá o trabalho acompanhado por um curador ou crítico de arte. Os artistas premiados serão conhecidos no segundo semestre de 2019, no Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Alvares Penteado, em São Paulo. Além da mostra na capital paulista, as obras vão percorrer outras cidades do Brasil em mostras itinerantes.

▲ F: Gentil Barreira

▲ F:divulgação

CNI divulga especial jornalístico sobre indicações geográficas

A *Agência CNI de Notícias* publicou, no último dia 5 de dezembro, o especial *O Brasil que a gente produz*, mostrando a fabricação de bens com indicação geográfica, isto é, itens reconhecidos pela região onde são feitos. A reportagem visitou cinco cidades para mostrar produtos brasileiros com denominação de origem, foi conhecer suas histórias e as pessoas que trabalham na fabricação. No especial, quatro produtos são apresentados: a farinha de Uarini (AM), o queijo da Serra da Canastra, dos municípios de São Roque de Minas (MG) e Patrocínio (MG), o vinho de Bento Gonçalves (RS) e o café, de Coromandel e Patrocínio (MG). Atualmente são 61 indicações geográficas brasileiras registradas.

R$ 13 milhões para startups

Startups, micro e pequenas empresas de base tecnológica interessadas em solucionar desafios propostos por grandes indústrias podem contar com três chamadas do Edital de Inovação para a Indústria - Categoria C. As inscrições começaram no fim de janeiro e se encerram em março. O valor total do apoio é de R$ 13 milhões para o desenvolvimento de projetos em áreas como sustentabilidade, bem-estar social, inteligência operacional e eficiência. Os desafios foram propostos por três empresas: a siderúrgica Ternium e as empresas do setor elétrico Enel e Engie. O edital é uma iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Serviço Social da Indústria (SESI).

▲ F: gettyimage.com

▲ F: Fabiana Domingues de Lima

Seminário em fevereiro decide Agenda Legislativa da Indústria

Nos dias 5 e 6 de fevereiro, ocorreu o Seminário da RedIndústria, no auditório do Edifício Armando Monteiro Neto, na CNI, em Brasília. Participaram o presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, Paulo Afonso Ferreira, e parlamentares. Durante o encontro foram discutidas as proposições que integrarão a Agenda Legislativa da Indústria 2019. O lançamento da agenda está previsto para o dia 26 de março, em Brasília. Participaram do seminário representantes de federações, associações e outras entidades industriais.

▲
Desafio emergencial para o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe é a formação de uma ampla base parlamentar que apoie a reforma e outros debates duros
F: Saulo Cruz

Hora da verdade

APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO CONGRESSO É O PRIMEIRO E CRUCIAL TESTE LEGISLATIVO DO NOVO GOVERNO E ÂNCORA DO OTIMISMO ECONÔMICO

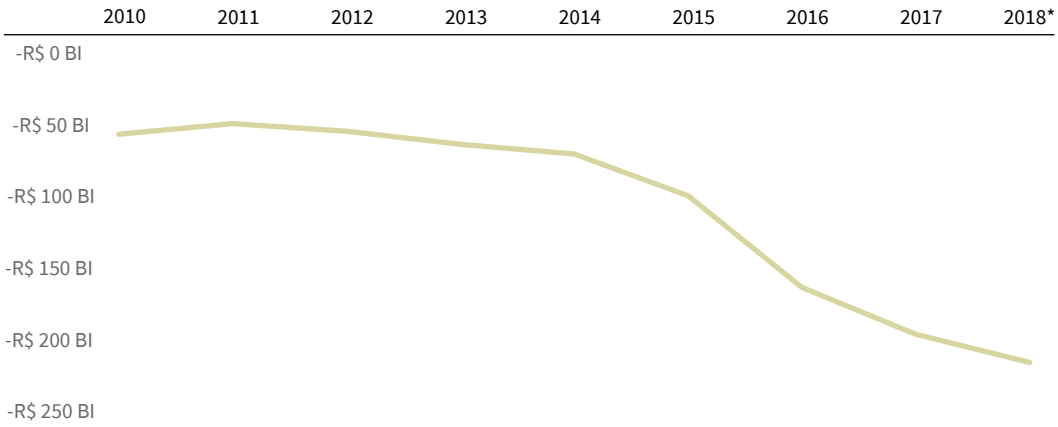
ADOÇÃO de uma idade mínima para aposentadoria, criação de um regime de capitalização, alíquotas de contribuição maiores para servidores públicos, mudanças no cálculo do benefício de pensões e maior tempo de serviço para os militares. Esses são alguns dos pontos de partida da discussão da reforma da Previdência Social reiniciada pelo Congresso Nacional em 2019, agora sob a liderança do presidente Jair Bolsonaro (PSL), o quarto na Nova República a buscar regras com sustentabilidade fiscal.

Retirada da pauta de discussões desde o fim do ano passado, a reforma do sistema previdenciário é uma das principais medidas para alcançar o equilíbrio das contas públicas, segundo o economista Paulo Tafner. Especialista no tema, ele coordenou a elaboração de uma proposta apresentada em 2017 por Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Em 2019, o governo federal estima um déficit de R$ 262,3 bilhões com o pagamento de aposentadoria e pensões.

Desse total, R$ 218 bilhões representam o déficit específico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), responsável pelo pagamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Outros R$ 44,3 bilhões equivalem ao déficit previsto no orçamento para o sistema de previdência dos servidores civis. Não entram na conta as despesas com pagamento de aposentadorias e pensões militares, que têm regime diferenciado. Em 2018, até novembro, o déficit da previdência dos militares estava em R$ 40,5 bilhões.

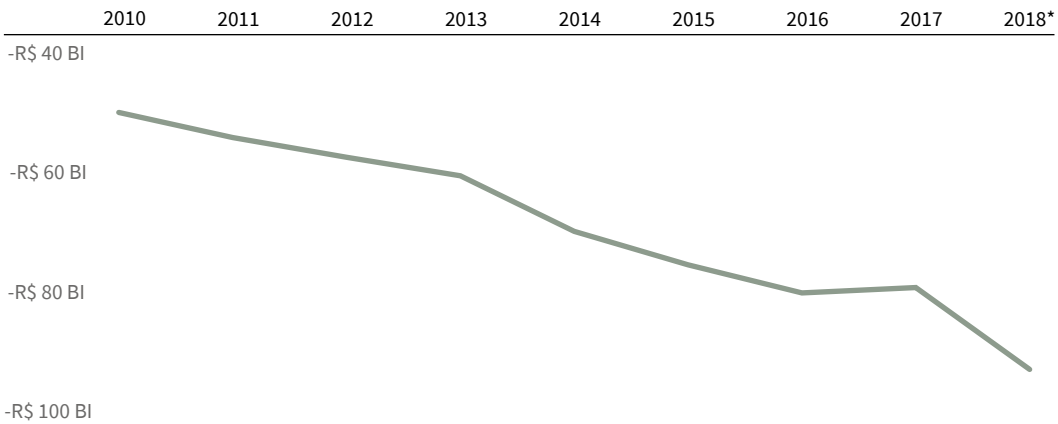
A PIORA DAS CONTAS NA PREVIDÊNCIA

Déficit no INSS deve fechar 2018 em R$ 202 bi...



Fonte: Ministério da Fazenda

...servidores federais civis deve fechar em R$ 90 bi negativos



Fonte: Ministério da Fazenda

*ESTIMATIVA

Até o fechamento desta edição, a proposta do governo Bolsonaro estava sendo esperada no Congresso Nacional ainda em fevereiro, mas os detalhes ainda não eram conhecidos. A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) queria uma transição mais rápida para o novo modelo, entre 10 e 12 anos, mas ainda não havia sido definida a idade mínima para aposentadoria. Embora a equipe defendesse 65 anos para homens e mulheres, a tendência era incluir na proposta uma idade menor, defendida pelo presidente, de 62 e 60 anos, respectivamente.

Esse prazo de transição é menor do que previsto na proposta enviada pelo ex-presidente Michel Temer, que já está em fase adiantada de discussão no Congresso e que poderia chegar a 21 anos. Ao propor um período de transição menor, a reforma em estudo poderia ter impacto fiscal mais rápido, por meio da economia de gastos. Mas está praticamente fechado que a idade mínima será implementada gradualmente. No modelo traçado pela equipe de Guedes, o regime do INSS e o sistema previdenciário dos servidores públicos teriam, após até 12 anos, as mesmas regras de idade mínima.

Atualmente, no setor público, os homens podem se aposentar a partir dos 60 anos, e as servidoras, dos 55 anos. O RGPS, responsável pelo pagamento do benefício ao trabalhador do setor privado, prevê dois tipos de aposentadoria. A primeira, por tempo de contribuição, de 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. E a segunda, por idade, respectivamente aos 65 e

60 anos, desde que o segurado tenha contribuído por, pelo menos, 15 anos. Guedes quer acabar gradualmente com o benefício por contribuição.

REGIME DE CAPITALIZAÇÃO

Guedes defende que o Brasil troque o regime de repartição simples, em que o trabalhador da ativa contribui e ajuda a pagar o benefício de quem se aposentou, pelo de capitalização, em que cada trabalhador recebe uma aposentadoria proporcional à sua contribuição ao longo do tempo, similar ao adotado no Chile. Mas há dúvidas sobre a inclusão dessa mudança agora na proposta porque pode reabrir as discussões e, com isso, atrasar a votação da reforma.

Tafner, também pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas (Fipe), da Universidade de São Paulo (USP), afirma que a reforma deve ter um tratamento bastante especial aos servidores públicos civis. Segundo ele, não basta apenas aumentar a contribuição. "É necessário criar as condições para que sobretudo os estados possam ter instrumentos para enfrentar a crise previdenciária. Isso significa que, além do aumento de alíquotas, tem que ter outros elementos constantes na proposta", afirma. Segundo ele, é preciso, primeiro, transformar os regimes próprios, que regulam a aposentadoria e proteção ao servidor público, em um fundo de pensão separado do orçamento e, portanto, sujeito às regras do fundo de pensão.

Rafael Cortez, cientista político da consultoria Tendências, avalia que, mantidas as bases da proposta enviada por Michel Temer, a reforma da Previdência Social poderia ser aprovada no Congresso Nacional até o começo do segundo semestre. Caso haja uma mudança grande, ele estima que a votação ficará para o final do ano. Algumas das inovações, como a exigência de uma idade mínima para se aposentar, exigem o apoio de pelo menos 308 deputados e 49 senadores, número que o governo ainda não parece ter.

"Há uma crescente percepção da necessidade da reforma da Previdência Social. A mudança permitirá transformar o potencial econômico do Brasil em algo palpável para a população", avalia Cortez. Ele afirma que Guedes tem dado sinais de que gostaria de ver uma reforma mais profunda, ainda que a última palavra seja do Congresso.

O professor Carlos Heitor Campani, da Coppead, a escola de negócios da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diz que o governo precisa buscar regras mais simples, de fácil comunicação, para que sejam entendidas pela sociedade. "Há um claro empenho do novo governo nesse sentido. Defendo um sistema híbrido onde todos participariam do regime de repartição e pessoas com salários mais altos seriam também obrigadas a entrar num sistema de capitalização", explica.

"Se não houver reforma, o Brasil vai passar por momentos muito ruins. Dependemos fundamentalmente dessa reforma para superar a crise", resume Campani, professor de finanças e especialista em previdência. Otimista, ele acredita que a reforma da Previdência Social será aprovada, apesar das divergências políticas. "A reforma da Previdência é uma condição para que o Brasil viva dias melhores", avalia. ■

▼ Paulo Tafner lembra que o problema nos estados também é grave e deve ser enfrentado já
F: Gelson Bampi

As elevadas tarifas de portos e aeroportos são problemas críticos que afetam mais da metade das empresas pesquisadas, todas com mais de dez anos de experiência no comércio exterior

F: gettyimage.com

Os nós do comércio exterior

ESTUDO DA CNI MOSTRA OS PRINCIPAIS ENTRAVES À VENDA DE PRODUTOS BRASILEIROS, RELATADOS POR 589 EMPRESAS EXPORTADORAS

EMPRESAS brasileiras enfrentam graves desafios para vender bens e serviços para o exterior. Os obstáculos estão ligados, principalmente, às elevadas tarifas cobradas por portos e aeroportos, à intrincada burocracia alfandegária e aduaneira e a um arcabouço normativo controverso e, muitas vezes, defasado. Algumas leis datam da década de 1950 e conflitam com a Constituição de 1988. O diagnóstico, o mais abrangente feito no Brasil com empresas exportadoras, está na edição de 2018 da pesquisa *Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras*, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Nos últimos anos, a taxa de câmbio deixou de figurar como um dos principais desafios conjunturais. Apesar de 37,3% das empresas apontarem esse item como um fator desfavorável às exportações, o levantamento destaca muitas questões estruturais. "A pesquisa nos mostra que há muitos problemas que são domésticos e que demandam mudanças dentro do Brasil. Precisamos de medidas para facilitar o comércio internacional e modernizar as nossas operações", explica o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi.

Os dados foram coletados junto a 589 empresas exportadoras brasileiras entre outubro de 2017 e março de 2018. São

empresas cujo valor médio exportado no biênio 2015/2016 foi igual ou superior a US$ 80 mil. No total, foram analisados na pesquisa 50 itens que caracterizam atividades de comércio exterior. Durante o estudo, a empresa indicava o impacto de cada problema em seu processo de exportação nos últimos dois anos, utilizando uma escala de 1 a 5, na qual: 1 representava nenhum impacto; 2, pouco impacto; 3, impacto moderado; 4, muito impacto; e 5, um entrave crítico.

A análise dos resultados somou as respostas 4 e 5 para chegar ao quadro de problemas que afetam mais intensamente a maior quantidade de empresas. Além disso, a análise foi feita regionalmente e por porte empresarial. "As empresas que participaram da pesquisa são exportadores com mais de dez anos de experiência com comércio exterior e já vivenciaram muita coisa. Então, há muito fundamento quando elas identificam que um problema é crítico", explica Diego Bonomo, gerente-executivo de Assuntos Internacionais da CNI.

> ***"A pesquisa nos mostra que há muitos problemas que são domésticos e que demandam mudanças dentro do Brasil. Precisamos de medidas para facilitar o comércio internacional e modernizar as nossas operações"***
>
> ▲ *Carlos Eduardo Abijaodi*
> diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI

A principal barreira apontada pelas empresas foram as elevadas tarifas cobradas por portos e aeroportos. Mais da metade das empresas (51,8%) disseram que esse é um entrave que impacta muito ou impacta criticamente os seus negócios. Além disso, entraram na lista dos principais obstáculos a dificuldade que as empresas enfrentam para oferecer preços competitivos (43,4%), as elevadas taxas cobradas pelos mais de 20 órgãos anuentes (41,9%) e o custo do transporte doméstico, isto é, do deslocamento da produção desde a empresa até o ponto de saída do país (41%). "Grande parte dos nossos produtos é escoada por meio das rodovias. Por isso, a pesquisa reforça a necessidade de melhorarmos nosso sistema de transporte", afirma Abijaodi. A legislação da área foi considerada complexa e pouco efetiva por 36,6% das empresas, que lembraram, ainda, da ausência de um código único de comércio exterior (36,7%).

OS AVANÇOS

O levantamento identificou, também, alguns avanços na área, entre eles uma diminuição do tempo gasto na aduana, graças à criação do Portal Único de Comércio Exterior e do Operador Econômico Autorizado, programas implementados nos últimos quatro anos e que deram celeridade ao processo de certificação das empresas.

Além de mostrar entraves e avanços, a pesquisa fornece dados para auxiliar entidades ligadas ao setor e o governo a identificarem gargalos e realizarem as necessárias mudanças. "A pesquisa serve, sobretudo, para indicar as políticas públicas prioritárias a serem seguidas, de forma a aumentar a competitividade das exportações brasileiras. Além disso, tem um relevante efeito didático: são problemas enfrentados por quase todos os exportadores e que, portanto, não podem ser resolvidos *ad hoc* – como muitas vezes as empresas insistem em tentar fazer", analisa o especialista em defesa comercial e negociações internacionais Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior (2007–2011) e sócio sênior na consultoria BMJ Consultores Associados.

A política de comércio exterior foi eleita como um dos principais pilares da competitividade no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*. Um país com comércio exterior forte é mais integrado ao mundo, mais produtivo e gera mais receita para o balanço de pagamento interno. Porém, apesar de ser uma das dez maiores economias do mundo, o Brasil está em 26º lugar como exportador mundial de bens, o que corresponde a apenas 2% das exportações globais.

"O Brasil reconhece pouco a relevância do comércio exterior em sua história, apesar dos vários ciclos econômicos alinhados à exportação. Temos que rememorar como, em vários momentos, foi o comércio exterior que proporcionou uma saída para crises econômicas e permitiu movimentos anticíclicos que mitigaram a dependência do mercado interno", enfatiza Barral, que é também conselheiro da Câmara de Comércio Americana (Amcham). Ele lembra que empresas que exportam ou produzem no exterior possibilitam alternativas em casos de crises internas, pois realizam investimentos fora do país.

Além disso, ao estabelecer contato com competidores internacionais e disputar o mercado com eles, as exportadoras brasileiras são forçadas a inovar mais, pois precisam ficar a par das últimas novidades do mercado mundial. Em suma, cada vez mais, o comércio exterior precisa ser ágil, eficiente e seguro. "Essa pesquisa vem num momento apropriado, em que um novo governo promete reduzir os gargalos para a exportação brasileira. Os problemas são conhecidos e nomeados pela pesquisa – o caminho é priorizar as medidas e fazer as reformas necessárias", resume Barral. ■

Os principais obstáculos para a exportação de produtos brasileiros, segundo as empresas exportadoras

Porcentagem de empresas que declararam que o entrave **"impactou muito"** ou **"impactou criticamente"** seus processos de exportação

Elevadas tarifas cobradas por portos e aeroportos	51,8%	Dificuldade de oferecer preços competitivos	43,4%
Elevadas taxas cobradas por órgãos anuentes	41,9%	Custo de transporte doméstico	41%
Baixa eficiência governamental para a superação dos obstáculos	39,4%	Custo de transporte internacional	39%
Taxa de câmbio desfavorável às exportações	37,3%	Proliferação de leis, normas e regulamentos	36,7%

Fonte: Pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras (CNI/2018).

Medo de desemprego tem maior queda desde 1996

OTIMISMO EM RELAÇÃO AO NOVO GOVERNO E À RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA REDUZ PERCEPÇÃO DE RISCO DO VÍNCULO DE EMPREGO, REVELA PESQUISA DA CNI

EMBORA a taxa de desemprego no Brasil ainda esteja elevada, o medo do brasileiro de ficar desempregado teve queda em dezembro de 2018, conforme pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O Índice do Medo do Desemprego caiu para 55 pontos no final do ano, ficando 10,7 pontos abaixo do registrado três meses antes, em setembro. Essa foi a maior queda desde maio de 1996, quando começou a ser calculada a série histórica, publicada pela pesquisa trimestral *Medo do Desemprego e Satisfação com a Vida*.

Na avaliação da CNI, o resultado reflete o otimismo e a confiança que a população deposita no novo governo, e também a percepção crescente de superação da crise econômica. Mesmo com a melhora, o indicador continua acima da média histórica, que é de 49,8 pontos. "O otimismo aumentou, mas não podemos esquecer de que a retomada da economia se mostra muito lenta e o desemprego continua elevado", afirma o gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca.

De acordo com o estudo, entre setembro e dezembro de 2018, o medo do desemprego recuou em todas regiões do país. A queda foi maior no Sul, onde o indicador caiu 16,9 pontos e passou de 62,7 pontos em setembro para 45,8 pontos em dezembro. A menor queda, de 8,2 pontos, foi registrada no Sudeste. Naquela região, o medo do desemprego caiu de 64 pontos em setembro para 55,8 pontos em dezembro.

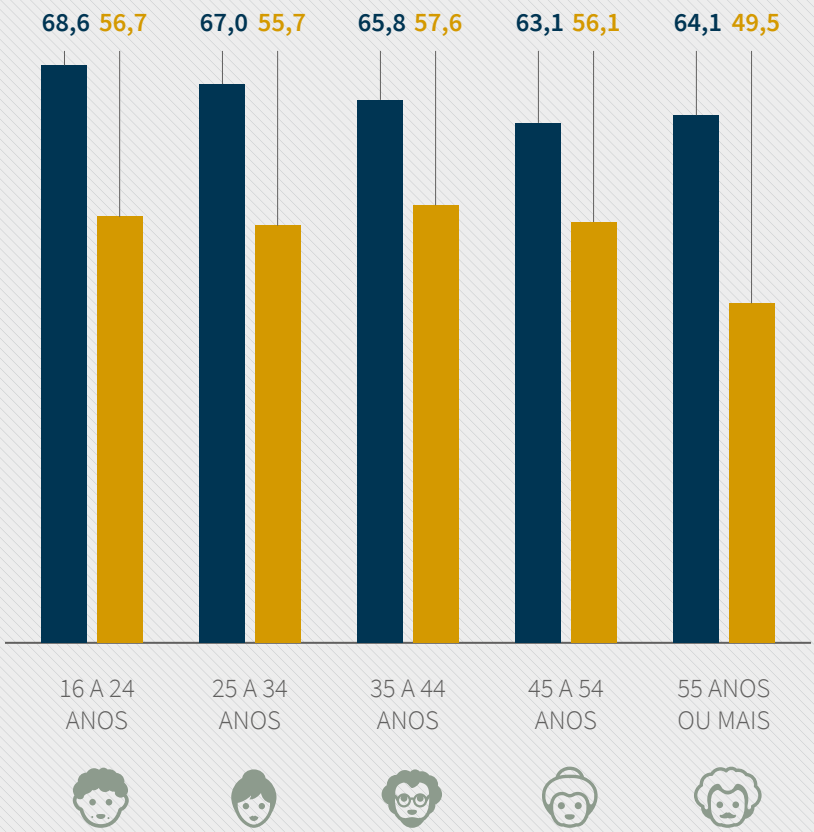
O medo do desemprego também se retraiu mais entre os brasileiros que possuem maior renda familiar. Entre aqueles cuja renda familiar é superior a cinco salários mínimos, o medo do desemprego caiu 16,2 pontos, de 68,4 para 59,5. Entre os que possuem renda familiar entre dois e cinco salários mínimos, a queda foi de 10,2, pouco menor que a redução entre aqueles com renda familiar entre um e dois salários mínimos, queda de 10,6 pontos. Entre os que possuem renda familiar de até um salário mínimo, a queda foi de 7,3 pontos.

A queda no medo do desemprego foi maior entre os homens, com 12,8 pontos, diferença entre os 62,9 pontos de setembro e os 50,1 de dezembro. Entre as mulheres, houve um recuo de 8,9 pontos, passando de 68,4 pontos para 59,5 no mesmo período.

A pesquisa da CNI mostra, ainda, que a satisfação com a vida melhorou. O indicador aumentou 2,7 pontos em relação a setembro e ficou em 68,6 pontos em dezembro. O crescimento de 2,7 pontos foi o maior desde maio de 1999. A satisfação com a vida aumentou, sobretudo, na Região Sul, onde subiu 3,6 pontos. ■

Redução foi maior entre as pessoas a partir de 55 anos

Obs.: A pesquisa ouviu 2.000 pessoas em 127 municípios, entre 29 de novembro e 02 de dezembro do ano passado



Fonte: CNI / Medo do Desemprego e Satisfação com a Vida – Janeiro de 2019

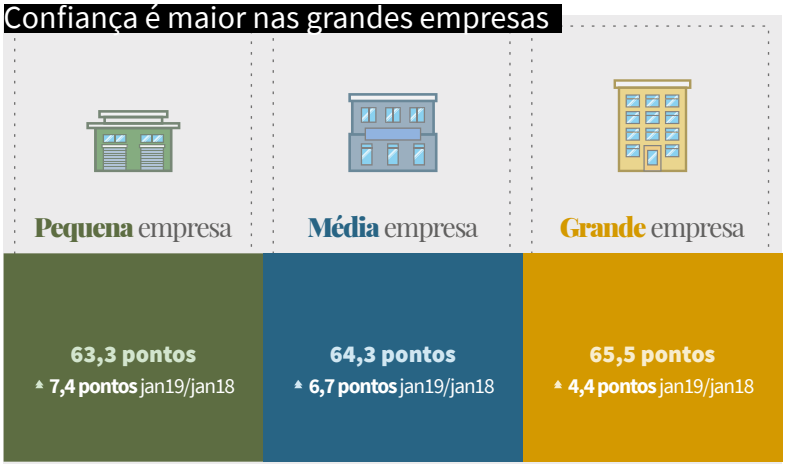
Aumenta confiança do empresário industrial pelo terceiro mês consecutivo

O *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) aumentou 0,9 ponto entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019 e foi a 64,7 pontos, o maior valor desde junho de 2010, quando o índice registrou 66 pontos. O aumento é o quarto consecutivo e o ICEI acumula crescimento de 11,9 pontos nos últimos quatro meses. O ICEI está 5,7 pontos acima do registrado em janeiro de 2018 e 10,4 acima de sua média histórica. A manutenção do índice em um patamar elevado mostra que empresários estão confiantes e, assim, mais dispostos a contratar trabalhadores e investir.

Faturamento e emprego na indústria sobem em novembro

O faturamento da indústria de transformação cresceu 2,1% e as horas trabalhadas na produção aumentaram 0,7%, na série de dados dessazonalizada. Na mesma base de comparação, a utilização da capacidade instalada recuou 0,3 ponto percentual e ficou em 76,8%. "Após um período de fraca atividade, a indústria reagiu de forma positiva em novembro", mostra a pesquisa *Indicadores Industriais*, elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a pesquisa, o faturamento da indústria no mês esteve 1,8% acima do registrado em novembro de 2017.

Confiança é maior nas grandes empresas



▲ Fonte: CNI / Índice de Confiança do Empresário Industrial - Janeiro 2019

Dois pra cá, um pra lá

▲ Fonte: CNI

Um pra cá, dois pra lá

Horas trabalhadas na produção
+0,7%

Rendimento médio real
-1,0%

Utilização da capacidade instalada
-0,3%

▲ Fonte: CNI

Outros resultados da pesquisa

69%
das representações diplomáticas consideram o Brasil um ator importante ou muito importante no cenário internacional

35%
das representações diplomáticas afirmaram possuir um comitê bilateral com o Brasil, mas disseram que ele não é eficiente

35%
das embaixadas dizem que é necessária uma atuação para estreitar as relações entre o Brasil e o seu país no que diz respeito às medidas de facilitação de comércio e à redução da burocracia nos processos de exportação e importação

▲ Fonte: CNI / Índice de Confiança do Empresário Industrial - Janeiro 2019

Horas trabalhadas apresentam segundo aumento consecutivo

As horas trabalhadas na produção aumentaram 0,7% em novembro de 2018 relação a outubro, após o ajuste sazonal. Trata-se do segundo aumento consecutivo do indicador, agora, mais expressivo, revertendo a trajetória decrescente apresentada até setembro, diz o estudo *Indicadores Industriais*. No acumulado do ano até novembro, as horas trabalhadas mostraram um aumento de 0,5% e, na comparação com o mesmo período do ano anterior, registrou-se um aumento de 0,2%. Por outro lado, o rendimento médio caiu 1% em novembro na comparação com outubro e a utilização da capacidade instalada foi reduzida em 0,3 ponto percentual.

Economia brasileira vai crescer, dizem 60% dos diplomatas estrangeiros

Levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que, para 60% dos diplomatas estrangeiros, a economia brasileira vai crescer em 2019. Uma parcela de 13% do corpo diplomático disse acreditar que o desempenho econômico do Brasil será pior no ano que vem. Outros 22% disseram não ter opinião e 5% não responderam. A CNI ouviu a opinião de 40 representações do corpo diplomático estrangeiro residente em Brasília, entre setembro e outubro, para entender a avaliação externa sobre o cenário político e econômico brasileiro.

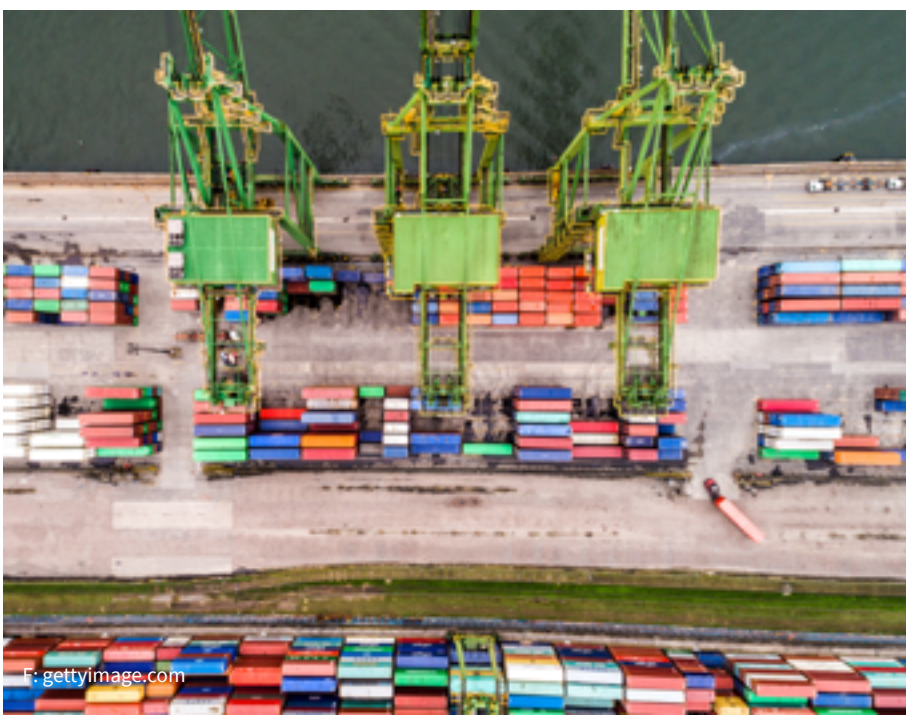
MUDANÇA EM LOGÍSTICA DE EXPORTAÇÃO PREOCUPA INDÚSTRIA MINEIRA

A indústria mineira está preocupada com a alteração na linha marítima da operadora logística dinamarquesa Maersk Hamburg-Süd que, a partir de fevereiro de 2019, não vai passar mais pelo porto de Itaguaí, em Sepetiba (RJ). Com isso, o embarque de mercadorias com destino à Ásia seguirá direto para o terminal de Santos, em São Paulo (foto). Na análise da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), se a decisão for efetivada, as indústrias exportadoras mineiras terão custos mais elevados de frete, o que vai diminuir a competitividade dos produtos locais. Uma reunião em janeiro passado pôs à mesa representantes da FIEMG, sindicatos, operadores logísticos e as principais empresas exportadoras do estado, com o objetivo de alinhar estratégias para a manutenção da escala.

RORAIMA FECHA 2018 COM DÉFICIT COMERCIAL, MAS RESULTADO FOI MELHOR QUE EM 2017

A Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER) divulgou, no último dia 11 de janeiro, dados sobre a balança comercial roraimense de 2018. Segundo a entidade, o saldo anual da balança comercial do estado foi negativo por mais um ano. Entretanto, a diferença diminuiu em mais de 80% em relação a 2017 e fechou no vermelho em US$ 6,4 bilhões. Arroz, madeira e soja foram os principais produtos exportados pelo estado. Já os importados mais recorrentes foram aparelhos de ar condicionado, borracha e equipamentos de informática. Os Estados Unidos aparecem como o principal parceiro comercial do estado, tanto na importação quanto na exportação.

F: gettyimage.com


F: gettyimage.com

F: gettyimage.com

POR MEIO DE EDITAL DE INOVAÇÃO, EMPRESA NO CEARÁ FIRMA PARCERIA COM SENAI

O Instituto Senai de Tecnologia em Eletrometalmecânica e a empresa Delfos Serviços Inteligentes deram início ao projeto *Sistema de Gerenciamento e Manutenção de Painéis Solares Fotovoltaicos*, aprovado no último *Edital de Inovação* para a indústria. O objetivo é desenvolver um sistema de hardware e software de baixo custo para monitorar painéis e inversores em usinas fotovoltaicas, comuns na região Nordeste. O desenvolvimento do projeto, voltado para usinas solares de grande porte, deve durar 18 meses e pretende suprir uma demanda do setor.

Alunos do SESI ganham prêmio em Alagoas por proposta com telhas ecológicas

O projeto *EcoSururu*, desenvolvido por alunos da Escola Sesi Cambona, em Maceió (AL), conquistou o *Prêmio Inovação em Economia Circular*, na categoria iniciativa privada. O empreendimento vitorioso consiste na produção de telhas a partir de embalagens PET e de cascas de sururu (molusco comum na região) descartadas pela comunidade ribeirinha do entorno da Lagoa Mundaú (AL). A telha ecológica é mais resistente do que as telhas comuns de cerâmica e aguenta temperaturas de até 85°C, enquanto as mais usadas no mercado suportam até 50°C. O grupo de estudantes recebeu R$ 60 mil como recompensa. A premiação é organizada pelo *Projeto Maceió Mais Inclusiva*, de iniciativa da prefeitura da capital alagoana, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de outros parceiros.

Aumento de ICMS gera preocupação na FIESC

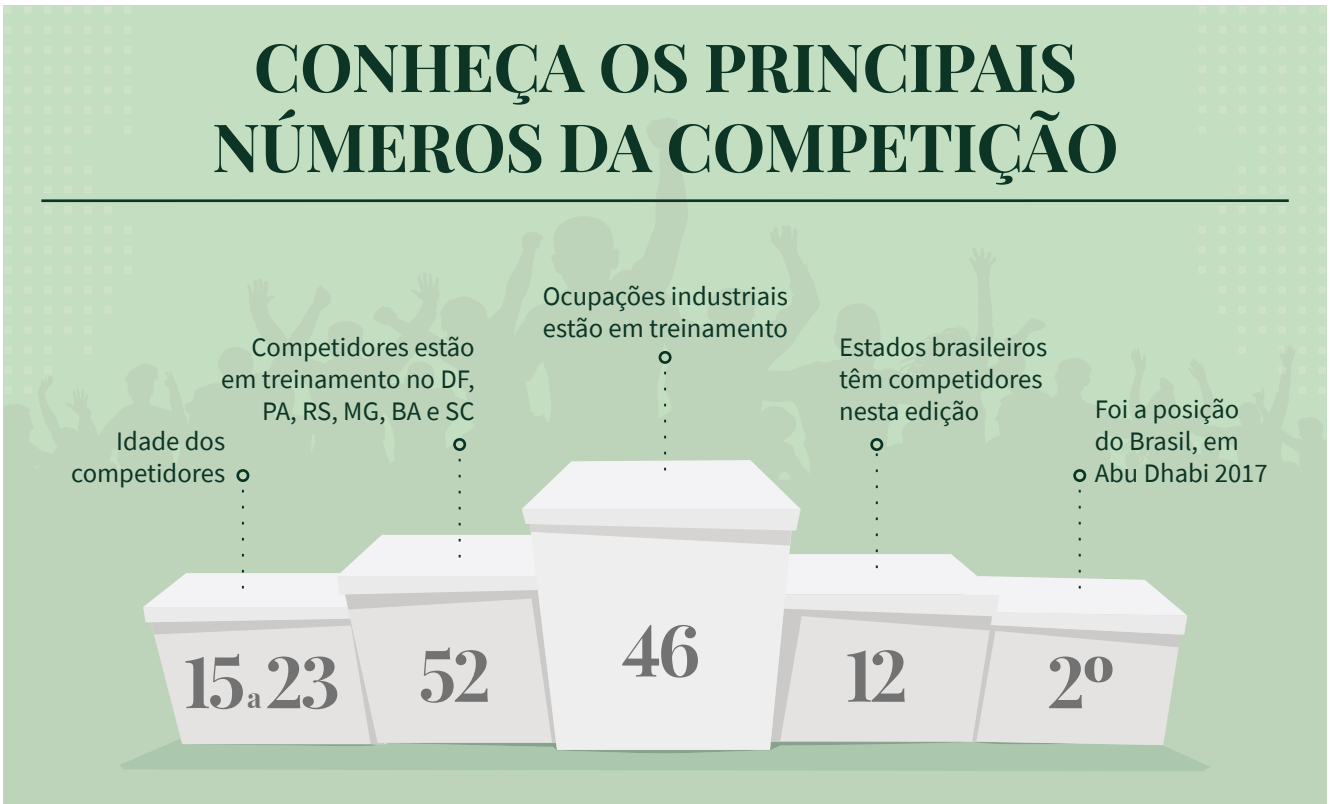
O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Mario Cezar de Aguiar, reuniu-se com o governador Carlos Moisés da Silva, no último dia 18 de janeiro, para tratar dos impactos da revogação de incentivos à economia, assinados nos dias 26 e 27 de dezembro de 2018. Na análise da FIESC, com a alteração, a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) terá aumentos que vão variar de 41% a 142% sobre produtos industriais, como leite em pó e mistura para bolos, o que vai elevar os preços ao consumidor final. Durante o encontro, o governador prometeu levar o tema ao comitê criado para tratar do assunto. A vigência dos novos índices de ICMS se inicia em abril.

Acordar cedo para sonhar

JOVENS TREINAM DURO PARA A SELEÇÃO FINAL DE COMPETIDORES DA *WORLDSKILLS*, COMPETIÇÃO MUNDIAL DE ENSINO PROFISSIONAL QUE TEM O BRASIL NO GRUPO DE ELITE

▲
A bela cidade russa de Kazan será a sede da competição em 2019, onde o Brasil vai tentar recuperar o topo do pódio, obtido em 2015
F: gettyimage.com

SÃO 6H. O sol ainda está tímido. Mas no saguão de um hotel na zona central de Brasília, 41 jovens de 15 a 23 anos já estão de pé. É o começo de uma longa jornada – não só naquele dia, como nos próximos meses. Desde o início do ano, o grupo treina de segunda a sábado para representar o Brasil na *WorldSkills*, principal competição mundial de ensino profissional. A edição de 2019 será em agosto, na cidade de Kazan (Rússia), e o desafio da delegação é manter o Brasil na posição de liderança mundial no segmento. Em 2017, na edição de Abu Dhabi (Emirados Árabes), o país ficou em 2º lugar. Em 2015, em São Paulo, conquistou o 1º lugar do ranking. ▸▸



Os treinamentos começaram no dia 14 de janeiro. A maior parte dos competidores está alocada em Brasília – 41 dos 52 que estão em treinamento – e o restante se divide entre bases no Pará, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em Santa Catarina. Para participarem da delegação brasileira, os competidores venceram etapas regionais e nacionais. Nesta fase final, são jovens de 12 unidades da Federação.

O Brasil está preparando competidores de 46 ocupações, como manutenção industrial, robótica móvel, mecatrônica, refrigeração e gestão de sistemas de rede em tecnologia da informação, entre outros. A maioria dos futuros representantes brasileiros estuda no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), mas em ocupações ligadas a comércio e serviços, os representantes são do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

"O Senai e as delegações brasileiras são tradicionalmente respeitados na *WorldSkills*. Para este ano, acredito que estamos em linha com as necessidades competitivas que vão ser apresentadas em Kazan", avalia Rafael Lucchesi, diretor-geral do Senai. Segundo ele, o Brasil tem chances de conquistar novamente a primeira posição do ranking da *WorldSkills*. "Nós sabemos que a Rússia vem muito forte, que a China estabeleceu um novo patamar de competição, que a Coreia do Sul é sempre muito forte e que a Suíça se organizou muito desde 2015. São esses os principais players, os mesmos de 2015, quando o Brasil ficou em 1º lugar", analisa o dirigente da instituição.

A rotina dos competidores para atingir essa expectativa é pesada. Estar na elite do ensino profissional brasileiro pede disciplina, força de vontade, capacitação e muito treino. Os competidores acordam cedo, fazem ginástica, tomam café da manhã e seguem para os centros de treinamento, onde ficam das 8h às 18h. Em Brasília, são três endereços: um no Setor de Indústrias Gráficas, outro no Guará e um terceiro em Taguatinga. Felipe Garcia de

Almeida, 21 anos, foi o campeão nacional de eletricidade industrial. Estudante do SENAI de Bauru, ele sabe da responsabilidade de representar o Brasil. "Assim que eu entrei no Senai, eu via o pessoal treinando para a *WorldSkills* e me perguntava: 'será que um dia eu consigo?'. Agora estou aqui com esse desafio", afirma, feliz e ansioso.

SAUDADES DA FAMÍLIA

Para Felipe, o mais difícil dessa etapa não é a jornada intensa, mas ficar semanas sem ver a família. De janeiro a agosto serão vários módulos de treinos e, nos intervalos, os competidores voltam para a casa. "A rotina é de atleta, como a de um jogador de futebol. O treinamento é extremamente focado e planejado, não só na parte técnica, como no emocional, na alimentação e na saúde", descreve.

Nesse primeiro ciclo, de 14 a 28 de janeiro, Felipe está tendo a oportunidade de ser treinado por um medalhista de ouro da *WorldSkills* de 2017, Lucas Fernando de Oliveira Santos, de 21 anos, vencedor na categoria controle industrial. Natural de São João del-Rei (MG), localizada a 185 km da capital Belo Horizonte, Lucas conta que passou os três anos anteriores à *WorldSkills* pensando no torneio. "Depois que consegui o ouro, eu tinha chegado onde eu queria, aí foi o momento de traçar novas metas", lembra. Após conquistar a medalha, Lucas ganhou uma bolsa do Senai para cursar engenharia elétrica, conseguiu um emprego e agora é treinador da *WorldSkills*.

"Quando você é competidor, você recebe os desafios e os executa. Quando você vira treinador é que você tem a dimensão de todo o planejamento envolvido, as metas, os aspectos a melhorar... É mais trabalho e responsabilidade", diz o jovem, já especialista na competição.

Nascido em Estância (SE), Gabriel Vieira, 15 anos, é o caçula da equipe brasileira. Ele vai disputar o mundial na categoria *Arte 3D Digital para Games*. "Eu sempre gostei de desenhar. Mas só fazia aqueles quadrinhos feinhos. No ano passado, o pessoal do Senai foi até a escola, aí comecei a fazer o curso técnico e aprendi a desenhar em 3D. Agora estou aqui", conta. "Minha expectativa de poder competir com os gringos e conhecer outras culturas é enorme. Antes eu representava o Sergipe, um estado de 20 mil km² e pouco mais de 3 milhões de habitantes. Agora eu posso ser o representante do maior país da América Latina", conta, orgulhoso. Após a competição, Gabriel pretende cursar faculdade em São Paulo e desenhar um jogo de videogame com a saga de Lampião. ■

◂ Medalhista de ouro, Lucas (esquerda) agora treina Felipe, um dos nomes fortes para Kazan 2019
F: divulgação

Jair Bolsonaro e o novo Congresso Nacional

POR LEONARDO BARRETO

Leonardo Barreto é cientista político e sócio da *Capital Político*, empresa de pesquisa e análise da conjuntura política brasileira.

A opinião do articulista convidado não necessariamente reflete à da CNI.

A eleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ) e de Davi Alcolumbre (DEM-AP) para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente, termina de montar o novo balanço de poder do país. Muitas mensagens podem ser extraídas, a começar pelo fato de ambos terem menos de 50 anos, reforçando a visão de que velhas lideranças estão indo a pique.

No Senado, a ascensão de Alcolumbre ocorreu em clima de rebelião contra Renan Calheiros (MDB-AL) e a "velha política". A publicização dos votos feita por vários senadores mostrou uma deferência a uma nova opinião pública, manifestada especialmente via redes sociais. Esse é um ator fantasma, que deve influenciar outras votações com apelo na população.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), não foi decisivo para a vitória de Alcolumbre, mas é seu principal beneficiário. Tendo dificuldade de interlocução com Rodrigo Maia, Lorenzoni consolidou-se como canal junto ao Senado, delimitando seu espaço, antes em cheque.

Outros vencedores indiretos dessa eleição foram as autoridades que atuam ou atuaram na operação Lava-Jato. Sendo Calheiros o mais aberto dos desafiantes do Ministério Público e do ministro da Justiça, Sérgio Moro, sua derrota facilita a agenda desses atores.

Na Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia tornou-se o principal nome do Congresso Nacional. Junto ao ministro da Economia, Paulo Guedes, passou a ser o fiador legislativo das reformas econômicas. O governo tem grande dependência de Maia, que aumenta quando considerada a inexperiência parlamentar do PSL.

Portanto, longe de ter um rolo compressor à sua disposição, Jair Bolsonaro (PSL) opera um modelo que tenta influenciar os parlamentares a partir de fora. Além da nova opinião pública, que hoje lhe é favorável, mas volúvel, ele conta com sua popularidade e com a pressão de governadores de estados falidos para pressionar o Congresso Nacional.

Pelo momento, deve funcionar mas, no médio prazo, a construção de um arranjo institucional mais sofisticado, estável e previsível se faz necessária. A eleição das chefias do Congresso ofereceu a Bolsonaro bons interlocutores, amigáveis à sua agenda econômica. Entretanto, parece inevitável que o presidente busque aprofundar relações com o parlamento. Isso não significa, necessariamente, a volta das relações fisiológicas. Como o Senado demonstrou, há espaço para novos jogos que são, ao mesmo tempo, desafios e oportunidades. ■

PDA PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO
Somar forças. Multiplicar resultados.

CONTRIBUA COM O SEU SINDICATO EMPRESARIAL.

FAÇA PARTE

Quando você contribui para o sindicato empresarial, quem ganha é a sua indústria. Com os recursos da contribuição sindical, o sindicato lidera as negociações coletivas, representa o setor perante o governo, oferece serviços para a sua indústria e muito mais! Faça sua indústria melhor. Faça o seu setor mais forte. Faça Parte. Acesse industriaforte.com.br e saiba mais.

/cnibrasil /cni_br /cnibr /cnibweb

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

CNI
SESI
SENAI
IEL

CNI

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA